

ENTREVISTA

Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque

<https://orcid.org/0000-0002-0004-1887>

Por Vanessa Hatxu de Moura Karajá¹

<http://orcid.org/0000-0001-8304-2406>

Marilza Vanessa Rosa Suanno²

<http://orcid.org/0000-0001-5892-1484>



A presente entrevista visa a conhecer o trabalho realizado pelo Laboratório de Línguas Indígenas – LALI, vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisa com Povos Indígenas – NEPPI do Campus de Araguaína da Universidade Federal do Tocantins – UFT, que foi implantado em 2005, em decorrência de uma parceria entre o setor de educação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI/Araguaína, UFT e SEDUC-TO.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás – UFG. Bolsista do Programa de Iniciação à Pesquisa Científica, Tecnológica e em Inovação (PIBIC-AF) vincula ao Edital UFG/PRPI N° 02/2019 orientada pela Dra. Marilza Suanno FE/UFG no plano de trabalho Interfaces emergentes entre formação de professores e o processo de ressignificação do estatuto da didática na contemporaneidade (PI02868-2018). E-mail: vns.hatxu@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Católica de Brasília UCB (2015) com Doutorado Sanduíche realizado na Universidad de Barcelona UB (2011/2012). Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC Goiás (2006), revalidação do Mestrado em Ciências da Educação Superior pela Universidad de La Habana UH (2003). Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás FE/UFG (1994). Professora efetiva da Faculdade de Educação/UFG. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/FE/UFG. Líder do DIDAKTIKÉ - Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Questões Contemporâneas FE/UFG <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7805627761585698>. Membro da Rede Internacional de Escolas Criativas - RIEC (UB/Espanha). Membro do Núcleo de Formação de Professores FE/UFG. Membro da Asociación de Escuelas Creativas ADEC (Madrid/ES). E-mail: marilzasuanno@uol.com.br.

O LALI/NEPPI/UFT recebeu doações de parte do acervo bibliográfico da FUNAI, Administração Regional de Araguaína, assim como com sua criação possibilitou atividades de ensino, pesquisa, extensão e parcerias interinstitucionais vinculadas à questão indígena. Tal espaço e projeto têm contado com a participação efetiva de estudantes indígenas, estudantes não indígenas, bolsistas indígenas de programas e políticas institucionais de cotas, professoras e professores envolvidos com pesquisas sócio-históricas, socioculturais, linguísticas e educação escolar indígena intercultural, bilingue e transdisciplinar

Nesta perspectiva o LALI/NEPPI/UFT possui as seguintes linhas de pesquisa: arte e cultura indígena; educação escolar indígena; etnolinguística; didática da matemática; etnomatemática; educação escolar indígena; a questão agrária e meio rural; planejamento urbano e meio rural; educação escolar indígena; linguagem, cultura e formação de professor.

Nos últimos anos o LALI/NEPPI/UFT realizou diversos trabalhos, dentre estes a publicação de 29 livros, sendo 22 livros didáticos, elaborados para serem utilizados em escolas indígenas, bem como sete obras publicadas com textos acadêmicos, escritos pelos pesquisadores, mestrandos e doutorandos como a finalidade de divulgar o conhecimento científico produzido sobre a educação escolar indígena e temáticas vinculadas. As obras encontram-se em domínio público disponibilizadas no site do referido Laboratório (<http://www.uft.edu.br/lali>).

Desde 2005 o LALI/NEPPI/UFT é coordenado pelo Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque, docente que possui mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás – UFG (1999), Doutorado em Letras pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2007) e pós-doutorado na área de Linguística, Letras e Artes pela Universidade de Brasília – UnB (2013). A presente entrevista tem por finalidade conhecer o trabalho realizado pelo Laboratório de Línguas Indígenas e refletir sobre questões inerentes à educação escolar indígena bilingue, intercultural e transdisciplinar.

ENTREVISTADORAS (Vanessa Karajá e Marilza Suanno): Prof. Francisco, é um prazer entrevistá-lo e gostaríamos de abrir nosso diálogo questionando sobre quais são os desafios da educação escolar indígena no Brasil neste início de século.

FRANCISCO EDVIGES ALBUQUERQUE: O Século XXI inaugurou um novo paradigma em termos da Educação Escolar Indígena no Brasil, trazendo desafios de toda ordem, dentre os quais podemos elencar: 1) Fazer valer o Art. 210 da Constituição Federal do Brasil (1988), isto é, que “[...] o Ensino Fundamental regular será ministrado em Língua Portuguesa, mas também, assegura aos povos indígenas, que possuem a língua indígena como primeira língua, o uso da língua materna nos processos próprios de aprendizagem.” 2) Implementação desse ensino Bilíngue, na língua nacional, o português e a língua falada pela comunidade onde a escola se instalou. Tal premissa é respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), (re)afirmando a importância do desenvolvimento de programas para a oferta de Educação Escolar Bilíngue, Diferenciada e Intercultural para os mais de 300 povos indígenas brasileiros (IBGE, 2010). Aqui o desafio assume contorno de uma verdadeira odisseia (sentido metafórico), pois a diversidade linguística do Brasil Indígena tem raízes no século XVI, quando mais de 1.300 línguas eram faladas na Terra de Vera Cruz e, muito embora tenha se restringido há um pouco mais de 100 (RODRIGUES, 2013), cada currículo deveria contemplar a língua materna dos indígenas, Isso é bastante complexo, considerando que os indígenas ainda não contam com professores suficientemente formados para concretizar essa tal emergência. 3) Promoção de uma Educação Escolar Indígena, “Diferenciada e Intercultural”. Assim como o desafio do Ensino Bilíngue, um “Ensino Diferenciado e Intercultural” é igualmente desafiador. Isso porque a diversidade de culturas e as diferenças que formam a identidade dos povos indígenas, devido às suas idiossincrasias, obrigam o sistema de ensino brasileiro adotar práticas exclusivamente do interesse das comunidades indígenas. Todavia, a história nos mostra um cenário nada alentador. O apagamento das formas de viver e de perpetuar seus ensinamentos próprios dos indígenas brasileiros é uma realidade cruel, e para que isso mude é necessária uma sensibilização que vai além de medidas prontamente concebidas nos gabinetes do Ministério da Educação.

ENTREVISTADORAS: Qual o trabalho desenvolvido pelo Laboratório de Línguas Indígenas no campo do ensino, pesquisa e extensão universitária?

FRANCISCO EDVIGES ALBUQUERQUE: O Laboratório de Línguas Indígenas – LALI e o Núcleo de Estudos e Pesquisa com Povos Indígenas – NEPPI (UFT/Araguaína) desenvolvem uma série de trabalhos voltados para o ensino, pesquisa e extensão universitária. No campo do Ensino, são oferecidas aulas de Línguas Indígenas Guajajara, Krahô e Karajá. As aulas são ministradas pelos alunos indígenas do Curso de Letras da UFT/Araguaína, pertencentes a esses três povos. Temos. Além dessas aulas, são ministradas as aulas de Fundamentos da Sociolinguística para os alunos de mestrado e doutorado do PPGL. Todos os finais de semestre o A Pós-Graduação e do Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) traz os alunos para seus alunos de mestrado para o LALI, para uma aula sobre as questões indígenas brasileira e Tocantins. Já no campo da Pesquisa, o LALI vem desenvolvendo ao longo de 15 anos, pesquisas com alunos de graduação TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), PIBIC (Programa de Iniciação Científica), PIBIC-AF, para alunos indígenas, O Programa Institucional de Monitoria Indígena (Pimi), e Bolsa permanência. Aliado a essas pesquisas, O LALI desenvolve outras pesquisas com os alunos de Mestrado, Doutorado e Estágio Pós-doutoral do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguagem (mestrado e doutorado – PPGL, no campo da Educação Escolar Indígena, Fonética e Fonologia Apinayé e Krahô, sociolinguística indígena, Projetos de Letramento e Alfabetização em Língua Indígena, além das parceiras com FUNAI, SEDUC/TO e CIMI(Conselho Indigenista Missionário), dentre várias outras pesquisas, voltadas para LIBRAS e português como Segunda Língua Para Surdos. No período de 2010 a 2016, o LALI aprovou dois editais do Programa do Observatório da Educação escolar Indígena/CAPES, sendo de 2010 a 2011 para o povo Apinayé e de 2012 a 2016 para o povo Krahô. Durante esse período foram desenvolvidas pesquisas com alunos bolsistas de Graduação de Letras, Professores do Ensino Médio que atuavam nas escolas desses povos, alunos de mestrado e doutorado Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguagem (mestrado e doutorado – PPGL. No campo a pesquisa e extensão universitária, o LALI desenvolve junto à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex/UFT), projetos de Extensão tais como Projeto de Apoio Pedagógico à Educação escolar Indígena Apinayé e Krahô, Projeto de Letramento e Alfabetização das crianças Apinayé, o Projeto do Bem-Viver

em Parceira com o CIMI/TO e as Semanas Indígenas, que vêm acontecendo ao longo desses cinco anos.

ENTREVISTADORAS : Como foi o processo de criação e elaboração dos livros didáticos para educação escolar indígena produzidos pelo LALI/NEPPI/UFT?

FRANCISCO EDVIGES ALBUQUERQUE: O processo de produção dos primeiros livros didáticos foi uma iniciativa dos professores indígenas e lideranças Apinayé, por sentirem a necessidade de que os alunos de suas escolas passassem a ter materiais próprios e específicos, escritos em sua língua, com a participação efetiva dos professores, lideranças e anciãos, para repassarem os saberes tradicionais/ancestrais, para a modalidade escrita e serem usados nas escolas de seu povo como material didático, visto, que naquela época, os únicos materiais de que as escolas dispunham, eram os materiais distribuídos pela SEDUC/TO. Materiais esses que não refletiam a realidade sociolinguística e cultural desse povo. Além desses materiais ainda existiam as cartilhas do SUMMER, escritas na década de 1956. Material que totalmente fora da realidade da língua, visto que foi escrito há muito tempo, por linguistas que estavam passando pelo processo de aprendizagem da língua Apinayé. Como época em que produzimos os primeiros livros, eu era professor do Curso de Magistério indígena, passei a usar esse material nas minhas aulas de Português de Apinayé e Krahô. Então todos os professores indígenas do estado do Tocantins tiveram acesso aos livros, assim, passaram a ter interesse em produzirem seus materiais didáticos. Com isso, os Krahô solicitaram em 2009, que meu projeto de Apoio Pedagógico à Educação Escolar Indígena Apinayé fosse estendido para as escolas de seu povo. Enviarem documento para o Setor de Educação da FUNAI/Brasília e SEDUC/TO, que aprovaram e, em seguida, o Projeto passou a ser executado na Escola estadual Indígena 19 de Abril, da Aldeia Manoel Alves Pequeno. A Escola dessa aldeia há muito tempo vem produzindo seus materiais didáticos, o que facilitou muito nosso trabalho. Então em 2012, tivemos o edital do Programa do Observatório da Educação Escolar Indígena/CAPES (2012 a 2016) aprovado, com isso todos os livros nesse período foram produzidos por esse edital.

ENTREVISTADORAS: Quais as contribuições desses livros didáticos para as escolas indígenas do Tocantins?

FRANCISCO EDVIGES ALBUQUERQUE: Como as Escolas Indígenas do estado do Tocantins não possuíam livros didáticos escritos em línguas indígenas, esse material veio contribuir com os desejos e anseios desses professores que seriam a produção de livros didáticos escritos com a participação dos indígenas, bem como um material que refletisse os aspectos socioculturais e linguísticos de cada povo.

ENTREVISTADORAS: Há livros didáticos publicados pelo LALI/NEPPI/UFT que foram produto educacional de pesquisa de mestrado ou doutorado?

FRANCISCO EDVIGES ALBUQUERQUE: Sim, todos os livros Apinayé e Krahô, que foram produzidos entre 2011 a 2016, foram produzidos com a participação das pesquisas de alunos de mestrado ou doutorado, visto que foram produzidos pelos projetos dos dois Editais do Programa do Observatório da Educação Escolar Indígena/ CAPES (2011 a 2016).

ENTREVISTADORAS: O que é fundamental em um livro didático para a educação escolar indígena?

FRANCISCO EDVIGES ALBUQUERQUE: Para a elaboração de cada livro foi feita uma pesquisa sobre o assunto, envolvendo alunos de graduação, mestrado doutorado, professores indígenas e não indígenas e comunidade em geral, para a discussão da temática de cada livro, bem como a contribuição desse material como disciplina a ser estudada nas escolas de suas aldeias. Em nenhum momento o povo indígena deixou de ser ouvido e de ser sujeitos da produção de seus materiais didáticos.

ENTREVISTADORAS: Qual foi o financiamento para a realização destas publicações?

FRANCISCO EDVIGES ALBUQUERQUE: Todos os livros foram financiados pela FUNAI e Editais/MEC/CAPES. Os primeiros Livros foram

produzidos e publicados com a poio financiados a Coordenação do Setor de Educação da FUNAI/Brasília, Maria Helena Fialho, bem como apoio logístico, transporte e alimentação de toda a equipe do Projeto, Pelas Chefe do Setor de Educação da FUNAI/Araguaína, na época, Corina Maria Rodrigues Costa. Além dos Livros, os dois vídeos documentários também foram produzidos com verbas dos dois editais da CAPES. Então todos os materiais didáticos foram produzidos com os seguintes financiamentos: FUNAI (2008), UFT/PROEX-MEC/ SESU/DEPEM (2007), MEC/SESU/DEPEM (2012)/Programa do Observatório da Educação Escolar Indígena/ CAPES(2011 a 2016)

ENTREVISTADORAS : Como foi a participação de indígenas no processo de levantamento de conteúdos, desenhos e na construção dos livros didáticos LALI/NEPPI/UFT? Quem são os sujeitos que contribuíram na produção dos livros didáticos? São de quais povos/línguas indígenas envolvidos na produção de tais obras?

FRANCISCO EDVIGES ALBUQUERQUE : Com já mencionei anteriormente, todos os livros tiveram a participação efetiva de alunos, professores, lideranças e anciãos indígenas, para a escolha dos temas de cada livro, dos conteúdos, dos desenhos, dos textos, capas e dos nomes do livros, que eram sugeridos três nomes que eram votados por eles e escolhido a maior votação. Todas as decisões e escolhas foram discutidas entre todos os indígenas, visto que eles eram os protagonistas desses materiais. Isso faz o diferencial desses materiais. Foram livros escritos por indígenas e para as Escolas Indígenas. Todos os conteúdos dos livros refletem a realidade, sociolinguística, histórica, geográfica e cultural dos Povos Indígenas do estado do Tocantins.

ENTREVISTADORAS : Quem são os sujeitos que contribuíram na produção dos livros didáticos? São de quais povos/línguas indígenas?

FRANCISCO EDVIGES ALBUQUERQUE : Para produção e organização dos livros Português Intercultural e Do Texto ao texto: leitura e redação, houve a participação dos professores indígenas de todos os povos do estado do Tocantins, visto que, na época, eram meus alunos do Curso de

Formação para Professores em Magistério Indígena para o Estado do Tocantins. Já para o Livro intitulado Aspectos Históricos e Culturais do Povo Karajá-Xambioá, além da participação dos professores desse povo, também a participação como organizador de meu aluno de PIBIC-AF, Adriano Dias Gomes Karajá. Este livro lhe rendeu o prêmio de Primeiro colocado no PIBIC-AF, 2017. Porém todos os demais livros Apinayé e Krahô, houve a participação efetiva de todos os alunos do ensino, médio, ex-alunos, professores indígenas, lideranças e comunidade de modo geral. Eles sempre foram seus protagonistas.

ENTREVISTADORAS: O que há de transdisciplinar e intercultural nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo LALI/NEPPI/UFT? Como compreendem esses dois conceitos e como os articulam?

FRANCISCO EDVIGES ALBUQUERQUE : Essa resposta requer certo aprofundamento do que se entende por Transdisciplinaridade e Interculturalidade no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão Universitários, notadamente em relação às atividades do LALI/NEPPI/UFT. Começamos salientando que todas as pesquisas desenvolvidas no LALI estão voltadas para a Educação Escolar Indígena Bilíngue, Intercultural e transdisciplinar, visto que trabalhamos com povos de línguas e culturas diferentes. Nesse sentido, e considerando que a Transdisciplinaridade e Educação Intercultural, promotoras dessa interculturalidade, são categorias que se justapõem quando se trata de estudar a educação nos domínios sociais indígenas, é notório que a Educação Escolar Indígena é essencialmente (ou deveria ser) intercultural, e assim como a Transdisciplinaridade, está em fase de construção, tanto conceitual quando epistemologicamente. Ambas, a Educação Intercultural e a Educação Escolar Indígena se movimentam num espaço intersubjetivo de contradições que imbricam para a Transdisciplinaridade. O ponto de intersecção se dá no momento em que, ao se analisar cada uma dessas categorias, se depara com uma situação aparentemente caótica, identificada mediante um aparato relacional presente num campo gravitacional onde interagem elementos, simultaneamente, antagônicos e proximais. Mas um caos organizado, por mais paradoxal que

possa parecer³. Portanto, no âmbito da Pesquisa, Ensino e Extensão, pilares que norteiam os trabalhos do LALI/NEEP/UFT, os conceitos de Transdisciplinaridade e Interculturalidade articulam-se na medida em que as pesquisas dos Mestrandos e Doutorandos convergem para essa realidade. Prova disso são os livros, capítulos de livros e artigos científicos publicados pelos egressos e estudantes do Programa de Pós-graduação em Letras do LALI/NEEP/UFT em andamento com suas pesquisas, promovendo uma educação dialógica, conforme Paulo Freire. Ademais, a emergência dessa educação dialógica irá nos conduzir a outra relação, favorecendo este novo paradigma do ato de educar. Aqui, aspectos como união, afeto, solidariedade, reciprocidade, alteridade e amor devem ser incorporados ao processo do ensinar/aprender, e sendo assim, são incorporados na realidade do LALI/NEEP/UFT. Percebemos que é conflituosa, mas necessária, a transposição da teoria para a prática quando se trata da Transdisciplinaridade e da Interculturalidade (re)produzida no dia a dia da práxis pedagógica dos professores e professoras do LALI/NEEP/UFT. Considerando, ademais que, diante da crise de paradigmas que se instaura Na educação atualmente, é primordial que se estabeleçam redes e teias dialógicas capazes de promover a unidade em meio à diversidade, notadamente no âmbito das relações interétnicas que se apresentam como algo a ser administrado por todos, sendo que a sociedade majoritária precisa assumir seu papel. Papel esse que precisa, necessariamente, promover a Transdisciplinaridade e a Interculturalidade pelo ato de educar.

ENTREVISTADORAS: Os livros didáticos produzidos pelo LALI/NEPPI/UFT chegaram às escolas (indígenas e não indígenas)? Quais escolas tiveram acesso aos livros didáticos produzidos pelo LALI/NEPPI/UFT?

FRANCISCO EDVIGES ALBUQUERQUE: Sim, os livros didáticos e de apoio pedagógicos produzidos mediante ações dos Projetos do Observatório da Educação Escolar Indígena Apinayé e Krahô, além de outros

³ Fonte: ALMEIDA, Severina Alves de; ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; PINHO, Maria José de. Transdisciplinaridade e educação intercultural - a formação do professor indígena Apinayé em perspectiva. Disponível: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/4693/4889>. Acesso em: 08/04/2020.

realizados pelo LALI/NEEP/UFT, chegaram às escolas indígenas das aldeias dessas comunidades, inclusive, porque a idealização desse material teve a participação ostensiva dos professores e líderes, contribuindo sobremaneira para a qualidade do conteúdo dos livros. Afinal, a publicação deu-se também nas escolas das aldeias, considerando que os indígenas são a razão de ser dos projetos. Na sociedade Apinayé as Escolas Mátyk e Tekator localizadas nas aldeias São José e Mariazinha, não somente receberam (e recebem) o material publicado, como tiveram (e tem) o lançamento dos mesmos para toda a comunidade. As demais escolas de outras aldeias, receberam (e recebem os livros) que servem de apoio pedagógico e aporte didático para professores e professoras realizarem um ensino na perspectiva Transdisciplinar, Bilíngue e Intercultural. O mesmo transcorre nas Escolas Indígenas Krahô, das aldeias Manoel Alves Pequeno, Escola Estadual Indígena 19 de Abril, bem como nas demais escolas Indígenas Krahô e nas Escolas Indígenas do Povo Karajá Xambioá, e nas demais Escolas Indígenas do Estado do Tocantins, onde os livros foram entregues pela SEDUC/TO.

ENTREVISTADORAS: Como os professores foram orientados a utilizar os mesmos? Tiveram alguma formação? Como avaliam a utilização do material produzido?

FRANCISCO EDVIGES ALBUQUERQUE: Os Professores e Professoras das Escolas Indígenas Apinayé e Krahô não somente foram (e são) instruídos para utilizar os livros, como se sentem parte integrante dos Projetos, pois foram idealizadores e coautores de todo material publicado. Isso porque acreditamos que a razão de ser de uma Educação Indígena é a própria comunidade, e todo e qualquer material produzido para uso na escola deve, obrigatoriamente, ter a participação da comunidade. Portanto, o material é muito bem recebido e avaliado positivamente, e também é utilizado para leitura dos estudantes, que se veem refletido nos conteúdos, uma vez que identificam seus professores dentre os idealizadores.

Recebido em: 08 ago. 2020

Aceito em: 22 ago. 2020